

DIAS 8 E 9 DE NOVEMBRO DE 2018

ANÁLISE DO IMPACTO DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL NO MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO CASTELO ENTRE OS ANOS DE 2009 A 2017

¹ Guilherme Eler da Silva ² Farana de Oliveira Mariano ³ Mônica de Oliveira Costa ⁴ Sabrina Pereira Uliana Pianzoli ⁵ Alex Santiago Leite ⁶ Dyego Penna Carvalho ⁷ Weven Feitosa

¹ Graduando em Ciências Contábeis, Faculdade Venda Nova do Imigrante - FAVENI, guilhermeeler@outlook.com,

² Mestre em Ciências Contábeis, FAVENI - Faculdade Venda Nova do Imigrante, coordeacaocont@faveni.edu.br

³ Mestre em Ciências Contábeis, FAVENI - Faculdade Venda Nova do Imigrante, faranamariano@yahoo.com.br,

⁴ Mestre em Administração, Faculdade Venda Nova do Imigrante – FAVENI, coordenacaoadm@faveni.edu.br,

⁵ Especialista em Ciências Contábeis, Faculdade Venda Nova do Imigrante – FAVENI, santiagoassessoriacontabil@gmail.com,

⁶ Especialista em Ciências Contábeis, Faculdade Venda Nova do Imigrante – FAVENI, diegopenna@gmail.com.

⁷ Mestre em Ciências Contábeis, FAVENI - Faculdade Venda Nova do Imigrante, wevenfeitosa@gmail.com,

Resumo: Esse artigo tem por objetivo analisar quais os reflexos da Lei de Responsabilidade Fiscal no Município de Conceição do Castelo em suas despesas correntes liquidas e gastos com pessoal nos anos de 2009 a 2017, período em que a LRF já era uma realidade mostrando assim a evolução das Contas após a sua aprovação e para que este objetivo fosse alcançado se fez um Estudo de Caso descritivo, com análise documental com as contas dos anos estudados no presente artigo, além da utilização de uma entrevista para responder como foi a adequação da Prefeitura Municipal de Conceição do Castelo e quais os reflexos da Lei de Responsabilidade Fiscal no Município de em suas despesas correntes liquidas e gastos com pessoal nos anos de 2009 a 2017, trazendo assim além de uma abordagem de comparação de valores, as reais situações que ocorreram para a adequação da Lei e táticas para a não ultrapassagem dos limites estabelecidos na LRF. No decorrer da pesquisa foi possível verificar que mesmo com os limites previamente estabelecidos as Despesas com Pessoal vem se mantendo uma crescente com o Decorrer dos anos e pode-se notar também que muitas vezes para que os limites sejam alcançados alguns servidores sofrem as consequências, perdendo direitos e em alguns casos seus empregos. Após a análise dos dados recolhidos, da análise da entrevista realizada e da opinião de alguns autores pode-se concluir que houve um impacto positivo, pois as Despesas com Pessoal vem em uma crescente deixando assim os Gestores com seus recursos quase que em seu total presos ao pagamento da Folha. No Município de Conceição do Castelo, os objetivos da Lei de Responsabilidade Fiscal foram alcançados, mas em alguns casos a um custo muito elevado.

Palavras-chave: Lei de responsabilidade Fiscal; Despesa com pessoal; Receita.

1 INTRODUÇÃO

O Brasil em toda a sua história já passou por variadas situações em sua economia, após vários tipos de moedas, no ano de 1994 foi instaurado em nosso país o Plano Real, o qual extinguiu a moeda conhecida como cruzeiro-real e constituiu a moeda que usamos até hoje, o Real, normalizando os autos índices de inflação da época, fazendo com que a economia do País ficasse estável, assim com a estabilização da economia um novo horizonte se abria para o Brasil. (DANTAS; CERQUEIRA, 2014).

Com a estabilização da economia os cofres públicos estavam cheios de recursos provenientes da arrecadação de impostos podendo os utilizar da maneira que desejassem, pois a lei que normatiza a contabilidade pública, Lei 4.320/64, não citava nada sobre a responsabilidade fiscal

DIAS 8 E 9 DE NOVEMBRO DE 2018

dos Governos, mas no dia 04 de maio de 2000 tal situação chegou ao fim com a vigência da lei complementar N° 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, que estipula um teto para as contas públicas nas três esferas do Governo, normatiza Órgãos Fiscalizadores e estipula multas e punições em caso de descumprimento das normas estabelecidas pela mesma.

Com a LRF e os Tribunais de Contas Estaduais e Regionais os Gestores Públicos são obrigados a tomar ações preventivas para não cometerem crimes de responsabilidade fiscal, o que leva muitas vezes a demissões ou paralisação de certos serviços realizados pelo setor público para a normatização das contas.

Com um limite a ser seguido os gestores são obrigados a trabalhar com mais cautela em cima das contas públicas para não ultrapassar os seus limites. A LRF faz com que as demonstrações contábeis se tornem ainda mais importantes para o Setor Público fazendo com que as mesmas sirvam não só para fins de transparência, mas também para estratégia de gestão do mandato, os contadores passam assim a ter um papel de maior destaque no ramo público, pois eles devem acompanhar e estar sempre atento às demonstrações para alertar o ordenador de despesas de possíveis aumentos que podem acarretar em crimes de responsabilidade fiscal. Além disso, as demonstrações contábeis passam assim a ter mais relevância para a população, podendo ser utilizadas como instrumento para a fiscalização da aplicação dos recursos.

A LRF em seu artigo 73 na sessão "A" assegura a todos os cidadãos o direito de denúncia ao Tribunal de Contas competente a sua região e a qualquer Órgão do Ministério Público, se tornando assim uma importante ferramenta para a cobrança dos seus direitos e dos deveres dos governantes, porém o desconhecimento de grande parte da população acerca desta lei faz com que seu uso para cobrança seja quase que inexistente, podendo assim ser a falta de conhecimento das demonstrações contábeis e dos deveres dos gestores públicos com a LRF um dos motivos para a falta de cobrança da população brasileira e a falta de discernimento na hora da escolha dos candidatos, o que leva o nosso País a um cenário de crise política constante.

Por estes fatos, este trabalho tem como problema de pesquisa: quais os reflexos da Lei de Responsabilidade Fiscal no Município de Conceição do Castelo em suas despesas correntes líquidas e gastos com pessoal nos anos de 2009 a 2017?

O objetivo é mostrar quais os reflexos da Lei de Responsabilidade Fiscal no Município de Conceição do Castelo em suas despesas correntes líquidas e gastos com pessoal nos anos de 2009 a 2017.

Este artigo se justifica por apresentar informações que são úteis tanto para Gestores quanto para a população em geral, mostrando os reflexos da LRF no Município de Conceição do Castelo, os seus principais aspectos e salientando sua importância para a cobrança de melhorias nos serviços públicos bem como mostrando a evolução das contas públicas no Município estudado, além de mostrar a importância dos Contadores do ramo público e para os governantes.

O presente trabalho trata de um assunto que é do interesse de todos, a sua execução pode levar aos moradores do município e de todo o país a terem um conhecimento maior sobre este assunto que está em tanta evidência hoje, justificando assim a execução do mesmo. (MOURA; RODRIGUES; 2014)

2 METODOLOGIA

Pesquisa, segundo Gil, (2002) é o método de obter respostas para um determinado problema através de métodos científicos, podendo acontecer tanto por falta de material necessário para se responder o problema quanto por uma desordem nos documentos a serem analisados para a resposta de tal problema. As pesquisas nada mais são do que formas de conhecimento podendo ser só para sanar a curiosidade do indivíduo quanto para aplicação de conhecimento em outra coisa.

Esta pesquisa de classifica como descritiva, pois como afirma Gil, (2002), tem a finalidade de demonstrar certo fenômeno dentro de uma amostra ou uma população, neste caso tendo o objetivo de mostrar como a aprovação da Lei Complementar 101/2000 influenciou as contas Públicas do Município de Conceição do Castelo nas suas Despesas Correntes Líquidas e Despesas com pessoal, utilizando-se de dados da Prefeitura referente ao espaço de tempo dos anos de 2009 e 2017,

DIAS 8 E 9 DE NOVEMBRO DE 2018

mostrando assim qual era o cenário do município no médio e no longo prazo após a aprovação da Lei, evidenciando assim se houve um aumento ou uma diminuição nas despesas estudadas.

Quanto a técnica a pesquisa se classifica como estudo de caso, pois analisa a situação da Prefeitura Municipal de Conceição do Castelo/ES nos anos de 2009 a 2017, para ter uma análise de como eram contas do Poder Público no médio prazo da aprovação da LRF e depois de mais de dez anos de sua aprovação buscando em seus balanços patrimoniais e Demonstrações dos Resultados dos Exercícios se a aprovação da LRF impactou de alguma forma as contas do Município neste período de tempo.

A unidade de análise é a Prefeitura Municipal de Conceição do Castelo e suas contas referentes aos anos de estudo deste trabalho, os anos de 2009 até 2017 para uma análise de qual era o cenário da Prefeitura alguns anos após a sanção da Lei Complementar 101/2000 e como as mesmas contas se encontram mais anos após a sua aprovação.

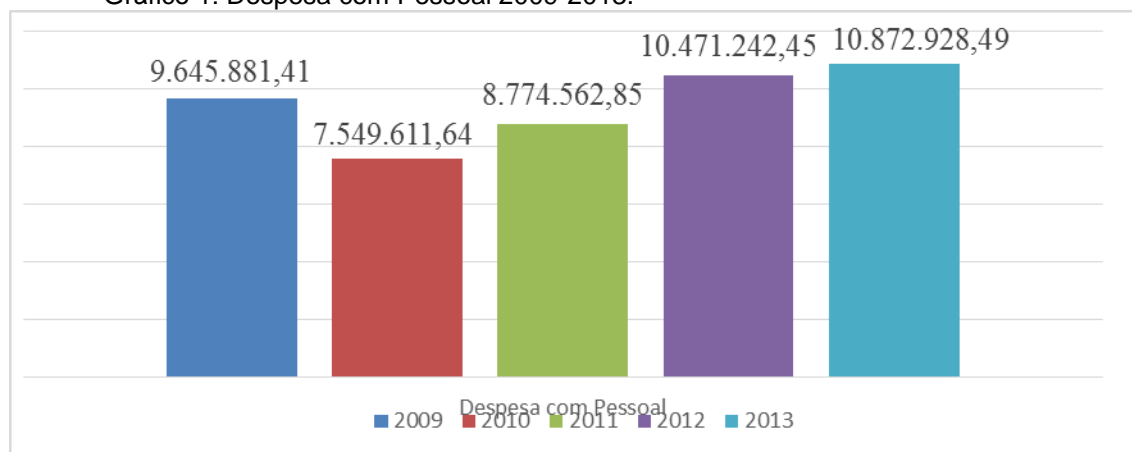
Para ser possível se responder o problema de pesquisa proposto neste artigo é necessária uma pesquisa documental analisando os Balanços e DREs da Prefeitura Municipal de Conceição do Castelo nos anos que serão analisados. Segundo Gil, (2002), a pesquisa documental se difere da bibliográfica pelo fato de estudar documentos ainda não analisados, neste caso os documentos analisados são de natureza contábil, o que quer dizer que tem uma análise quantitativa expressando os movimentos das contas da Prefeitura nos anos estudados.

O caráter quantitativo visa mostrar em forma numérica se houve uma melhora ou uma piora nas Despesas com Pessoal e Despesas Correntes Líquidas na Prefeitura Municipal de Conceição do Castelo nos anos de estudo.

3 ANÁLISE DE DADOS

A pesquisa buscou informações sobre as Despesas com pessoal, despesas Correntes Líquidas e receitas Correntes Líquidas dos anos de 2009 a 2017, e para o alcance dessas informações foram analisadas as Demonstrações correspondente a este período, e após análise foram feitos os gráficos com as demonstrações dos Resultados. E para uma análise mais detalhada do período Estudado foi realizada uma entrevista com O Controlador Interno e com a Contadora da Prefeitura Municipal de Conceição do Castelo, vendo assim os resultados não só em números, mas sim em depoimentos de Profissionais que viveram as mudanças causadas pela LRF.

Gráfico 1: Despesa com Pessoal 2009-2013.



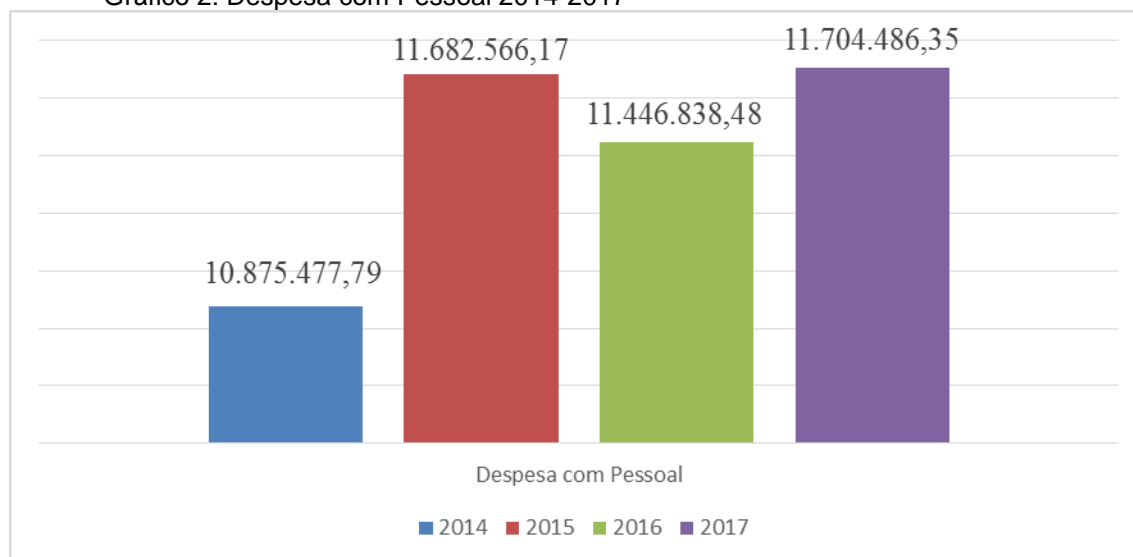
Fonte: Prefeitura Municipal de Conceição do Castelo (2018).

O gráfico 1 apresenta no que se refere as Despesas com Pessoal dos anos de 2009 a 2013, pode-se notar que nos de 2010 e 2011 houve uma queda em relação aos demais anos, porém no ano de 2012 o valor voltou ao seu normal que se compreende entre nove e dez milhões de reais, esses valores podem ser explicados por Medeiros et al (2017) que relata que com o passar dos anos e com a crise de 2008, a receita obtida pelos Municípios passou a ter um maior comprometimento no

DIAS 8 E 9 DE NOVEMBRO DE 2018

pagamento das Despesas com Pessoal como no ano de 2009 onde as Despesas com Pessoal chegaram a 9,6 Milhões e as receitas Correntes líquidas foram de apenas 10,4 Milhões.

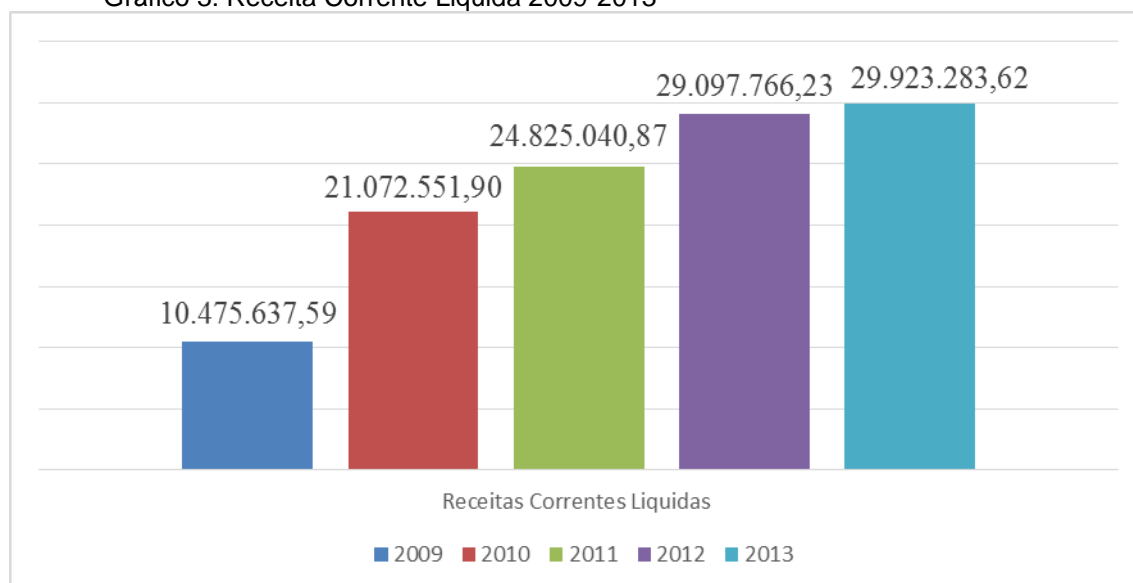
Gráfico 2: Despesa com Pessoal 2014-2017



Fonte: Prefeitura Municipal de Conceição do Castelo (2018).

No que se refere as Despesas com pessoal nos anos de 2014 à 2017, conforme estabelece o gráfico 2, percebe-se que em 2014 o padrão dos anos anteriores foi mantido, mas em 2015 houve um considerável aumento que estabeleceu um novo padrão entorno de onze milhões de reais que se manteve até o último ano em que se teve apuração, o ano de 2017.

Gráfico 3: Receita Corrente Líquida 2009-2013



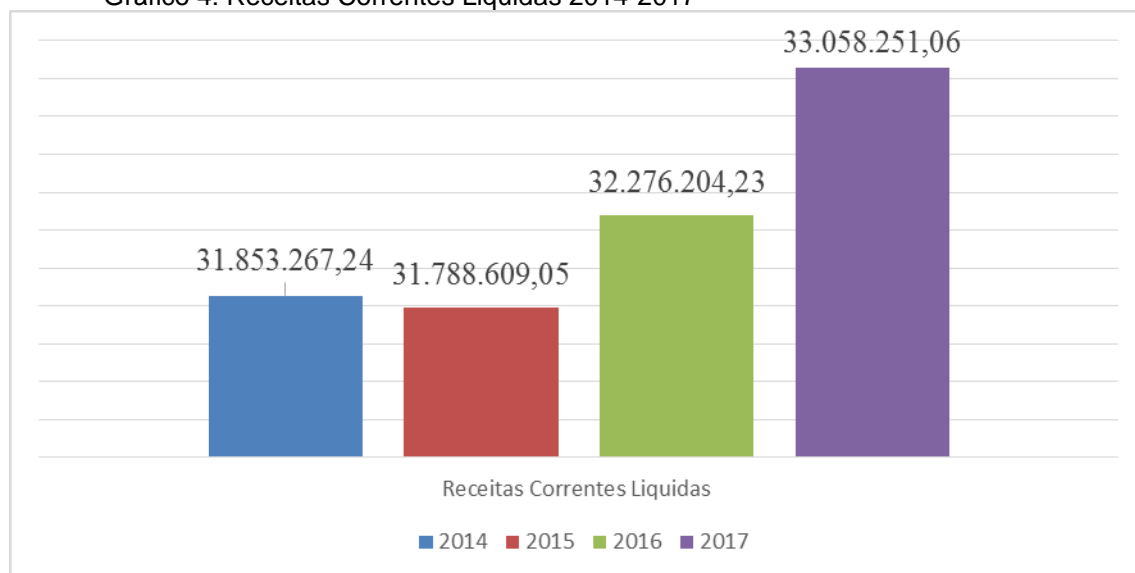
Fonte: Prefeitura Municipal de Conceição do Castelo (2018).

As Receitas Correntes líquidas dos anos de 2009 a 2013, demonstrou que existe uma clara crescente no montante da receita, chegando a quase onze milhões entre os anos de 2009 e 2010, essa crescente se dá depois da saída da crise 2008. Segundo Ferraz (2013), o tempo de

DIAS 8 E 9 DE NOVEMBRO DE 2018

recuperação da crise foi de 2009 até o primeiro bimestre de 2011, mantendo uma média de crescimento de 6,8% nesse período, trazendo assim um crescente nos recursos próprios do Município.

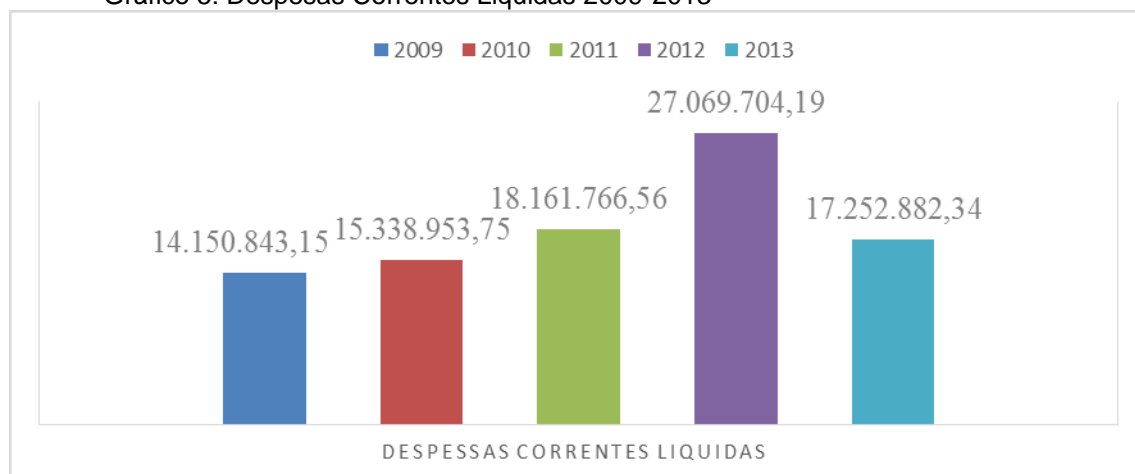
Gráfico 4: Receitas Correntes Liquidas 2014-2017



Fonte: Prefeitura Municipal de Conceição do Castelo (2018).

No gráfico 4, que trata das receitas Correntes liquidas nos anos de 2014 à 2017 a crescentes dos anos anteriores se mantem, com uma média de trinta e um milhões entre 2014 e 2016 e um crescimento significativo no ano de 2017, mantendo a média de crescimento dos anos anteriores. Esse crescimento foi muito significativo para o Município levando em conta o crescimento das despesas com pessoal neste mesmo período.

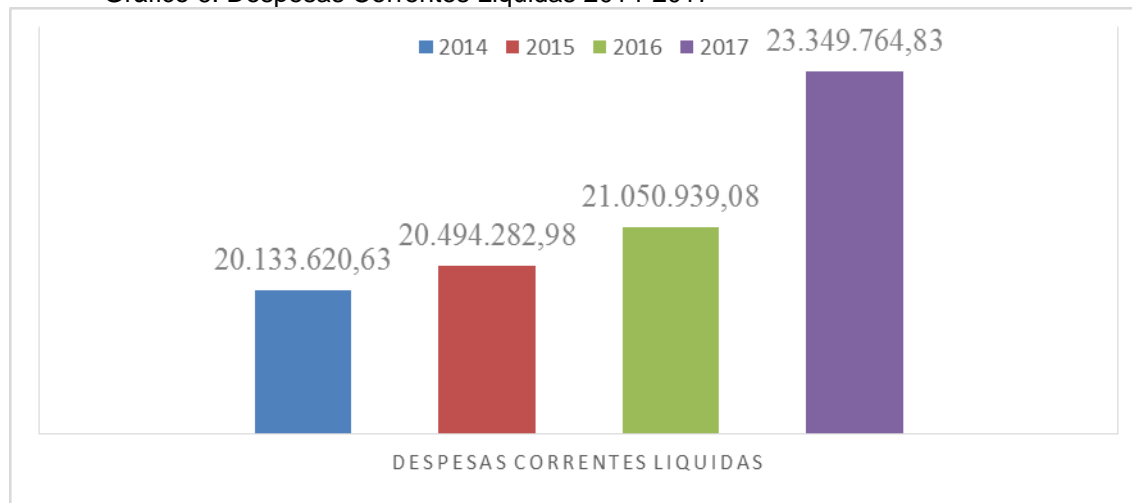
Gráfico 5: Despesas Correntes Liquidas 2009-2013



Fonte: Prefeitura Municipal de Conceição do Castelo

No gráfico 5, que se refere a Despesas Correntes Liquidas entre os anos de 2009 a 2013, podemos observar que há uma média mantida nos anos de 2009, 2010, 2011 e 2013, sendo que no ano de 2012 houve um crescimento considerável chegando quase ao valor arrecadado dentro do Município no mesmo ano, sendo assim um crescimento ruim para as contas públicas.

Gráfico 6: Despesas Correntes Liquidas 2014-2017



Fonte: Prefeitura Municipal de Conceição do Castelo (2018).

No gráfico 6, que se refere as Despesas Correntes liquidas nos anos de 2014 à 2017, nota-se um padrão de melhora com relação aos anos anteriores mantendo em uma média de vinte milhões entre 2014 e 2016, e um crescimento expressivo no ano de 2017 compreendendo boa parte da arrecadação municipal, sendo prejudicial as contas públicas, mesmo que tenha tido um superávit financeiro no ano.

Para esclarecer melhor quais os reflexos da Lei de Responsabilidade Fiscal no Município de Conceição do Castelo em suas despesas correntes liquidas e gastos com pessoal nos anos de 2009 a 2017, foi realizada uma entrevista com a Contadora e com o Controlador Interno da Prefeitura.

A entrevista iniciou-se perguntando ao Controlador Interno da Prefeitura Municipal de Conceição do Castelo e a Contadora da Prefeitura Municipal de Conceição do Castelo se a Lei de Responsabilidade Fiscal atingiu seu objetivo no período de 2009 a 2017, foi respondido pelo Controlador que sim, e o mesmo explicou que a LRF é um mecanismo de controle de contas públicas. No Município de Conceição do Castelo a LRF é seguida e seus efeitos contrastam com a realidade, principalmente, em relação a Despesa Total com Pessoal, que no período de 2009 a 2017, teve que haver intervenções drásticas (demissões, redução de salários, de cargos comissionados e redução de horas extras) para não extrapolar o limite máximo de 54%.

Já para a Contadora a Lei de Responsabilidade Fiscal elaborada em 1999 e aprovada em 2000, foi estruturada ao longo de um período e trouxe limites e normas com ênfase na gestão fiscal e na estabilidade econômica. Já para a Contadora o objetivo da LRF foi sim atingido desde sua criação na maior parte dos órgãos públicos, melhorando controle orçamentário e os limites do gasto de pessoal. Notasse que ambas as respostas concordam que objetivo da LRF foi alcançado no Município de Conceição do Castelo, sendo que a primeira resposta trouxe um lado negativo para isso.

Em seguida foi perguntado ao Controlador Interno e a Contadora se houve algum impacto positivo ou negativo efetivo nas despesas Correntes Liquidas, e caso tenha tido, quais foram. Para o Controlador houveram efeitos negativos, exemplificando o não cumprimento das metas da LDO. A Contadora também achou que houve um impacto, dizendo que a LRF exerceu uma pressão efetiva sobre o comportamento dos municípios, fazendo com que reduzisse suas despesas e limitasse os gastos. Porém para ela o efeito foi positivo para a gestão fiscal, diminuindo o endividamento público. Existe uma discordância nas respostas, trazendo um impacto positivo e um negativo, mostrando os dois lados da LRF, onde para que algumas metas sejam alcançadas outras tem que ser deixadas de lado, como no caso das metas previstas na LDO.

Logo após, foi perguntado ao Controlador Interno e a Contadora se houve algum impacto positivo ou negativo efetivo nas despesas com pessoal, e se houve quais foram, o Controlador

DIAS 8 E 9 DE NOVEMBRO DE 2018

respondeu que houve impactos negativos citando como exemplo a não aplicação da revisão geral anual obrigatória no ano de 2016, que trouxe percas reais para os servidores, já a Contadora relata que houveram impactos positivos dizendo que os limites com gasto de pessoal já eram conhecidos desde a Lei Rita Camata, mas com a aprovação da LRF foram criados os limites de prudência e os limites de alerta fazendo com o que os gestores públicos tivessem maior controle da Folha de Pagamento, sendo este um dos fatores com maior participação no orçamento público. Mais uma vez há uma clara divergências de opinião, mostrando os dois lados das mudanças com relação aos limites das Despesas com Pessoal, que gerou corte de gastos para os municípios e em alguns casos perdas reais para os Servidores.

Foi perguntado ao Controlador Interno se houve uma diminuição nas despesas de pessoal da Prefeitura de Conceição do Castelo com a LRF, e se caso tenha havido o proporcionou isso, e ele respondeu que não houve redução, houve um crescimento em detrimento às demandas existentes e uma aproximação do limite máximo, ou seja, a despesa com pessoal é crescente, o índice varia de acordo com a Receita Corrente Líquida. Comparado a resposta do Controlador com os gráficos 1 e 2 pode-se verificar que as Despesas com Pessoal vêm sim em um valor crescente no decorrer dos anos como disse o Controlador, e que muitas vezes chegam bem perto ao limite prudencial de 51,30%, chegando às vezes a ultrapassar e ficar bem perto do limite máximo de 54%.

Prosseguindo a entrevista foi perguntado ao Controlador Interno e a Contadora se os limites estipulados para a folha de pagamento são atingidos, em caso positivo o que é feito para que isso se cumpra, sendo respondido pelo Controlador que sim, que os limites são atingidos, e que é feito um acompanhamento mensal da evolução da Receita Corrente Líquida em relação à Despesa Total com Pessoal. Já a Contadora respondeu que os limites para gastos de pessoal são cumpridos pelo Município e para que isso aconteça, mês a mês é feito a conferência do gasto com pessoal e caso esteja no limite de alerta os gestores são informados para que se tome as devidas providências. Houve uma concordância entre as duas respostas mostrando que a Administração está atenta aos limites estabelecidos e que faz análises regulares para a ocorrência dos mesmos, mostrando a eficácia da LRF em tal situação.

Foi perguntado também sobre o que é feito quando os limites estipulados para a folha de pagamento não são atingidos, sendo respondido pelo Controlador que são feitas demissões, reduções salariais, de cargos comissionados, gratificações e redução de horas extras, sendo completado pela Contadora, dizendo que se não atingidos os limites são feitos os devidos cortes de funcionários, sendo analisado de forma criteriosa. As respostas mostram que para que os limites sejam respeitados algumas medidas drásticas as vezes tem que ser adotadas como a demissão de alguns funcionários e perda de alguns benefícios, como ocorrido no ano de 2016 conforme disse o Controlador anteriormente.

Sobre as normas de transparência se elas ajudaram o Poder Público, e se ajudam de que forma o Controlador respondeu que sim, dizendo que o Gestor sabendo que a população está acompanhando as ações administrativas evita cometer desmandos abusivos, tendo sua resposta completada pela Contadora que disse as normas de transparência são importante para minimizar casos de corrupção e inadequada utilização do dinheiro público. Com a criação da Lei de transparência os gestores públicos têm de apresentar a sociedade como estão administrando o órgão público, cientes da análise crítica dos eleitores, o que para o poder público é bom. Tem-se maior preocupação com a administração pública. Ambos têm uma visão positiva sobre as normas de transparência que ajuda a população a acompanhar as contas públicas e faz com que haja um cuidado maior nas tomadas de decisões. Outro fator que faz com que a transparência municipal seja cumprida são os Tribunais de Conta, também criados pela LRF.

Em seguida foi perguntado se os impactos causados pela Lei foram positivos ou negativos na prefeitura de Conceição do Castelo, sendo respondido por ambos que sim, os impactos foram positivos, sendo exemplificado pelo Controlador que esses impactos contribuem para manter as contas públicas equilibradas. Essa clara concordância pode ser atestada na análise de dados que mostra que por mais que em alguns anos as contas cheguem bem próximas de seus limites, não há uma ultrapassagem dos mesmos, mostrando que a LRF vem sendo seguida e mostrando um impacto positivo, que não deixa que os Gestores gastem mais que o necessário para a manutenção dos serviços básicos população causando um superávit financeiro para o Município.

DIAS 8 E 9 DE NOVEMBRO DE 2018

Em seguida foi perguntado qual era a situação da Prefeitura antes da implantação a LRF, e o Controlador respondeu que a situação da Prefeitura era de endividamento Público. Segundo Araújo et al, (2015), a LRF não estipulou índices de endividamento, porém com a sua aprovação podemos notar que os níveis de endividamento público caíram, e no Município de Conceição do Castelo a mesma coisa aconteceu, os níveis de endividamento vem caindo com o decorrer dos anos, graças a aprovação da LRF e de suas normas de transparência que fazem com que os Gestores fiquem mais atentos as contas públicas em decorrência da maior publicidade das mesmas.

Dando prosseguimento a entrevista foi perguntado se as contas estabilizaram, melhoraram ou pioraram a situação do Município com a implantação da LRF, e o Controlador respondeu que as contas estabilizaram mantendo o equilíbrio financeiro do Município, mostrando um impacto positivo nas contas municipais que nem estão muito baixas mostrando um déficit nos serviços básicos, nem estão acima dos limites pré-estabelecidos o que ocasionaria multas para o mesmo, a estabilização das contas mostra que as despesas consomem boa parte da arrecadação, porém as receitas se mantem acima das despesas ocasionando um superávit financeiro ao Município.

Por fim foi perguntado qual a principal dificuldade na utilização da LRF, sendo respondido pelo Controlador que a principal dificuldade é em relação a Despesa Total de pessoal, onde o Município ainda possui servidores inativos que compõem a folha, porém, não prestam serviços, quando a Receita Corrente líquida reduz em detrimento à crise financeira nacional, já a Contadora disse que a principal dificuldade é a conscientização dos gestores públicos. Ambas as respostas mostram a realidade do Município, onde a folha de pagamento tem muitos funcionários inativos que a deixa em níveis muito altos, quase a deixando em seu limite e muitos gestores não tem tanta consciência de suas ações, o que acarreta a um serviço a mais, o de conscientização e estudos por parte dos gestores para que crimes de responsabilidade fiscal não sejam cometidos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve por objetivo mostrar quais os reflexos da Lei de Responsabilidade Fiscal no Município de Conceição do Castelo em suas despesas correntes liquidas e gastos com pessoal nos anos de 2009 a 2017. Para que o objetivo fosse alcançando foi utilizada uma análise documental com as contas municipais de 2009 a 2017 e de uma entrevista com o Controlador Interno e com a Contadora.

Após a análise de dados coletados nos documentos e da análise da entrevista pode-se concluir que a Lei de Responsabilidade Fiscal trouxe reflexos positivos para o Município de Conceição do Castelo, diminuindo o nível do endividamento municipal e estabilizando as contas públicas, além de dar mais transparência fazendo com que os gestores tenham mais consciência do que estão fazendo, porém para que esses reflexos tenham sido positivos algumas medidas drásticas tiveram que ser tomadas, como o corte da revisão salarial no ano de 2016, como se pode ver na entrevista.

De acordo com os gráficos pode-se perceber que ao invés de uma diminuição houve um aumento nas Despesas com pessoal, mas isso não se torna prejudicial, pois esse aumento nas despesas e acompanhado por um crescimento também das receitas. Como afirma Santos (2008) a LRF chegou trazendo muitas dúvidas aos Gestores Públicos e seus Funcionários de apoio, mas hoje, dezoito anos depois de sua aprovação os governos já estão acostumados com sua vigência e suas normas, e mesmo não sendo de um conhecimento geral a LRF cumpriu suas metas estabilizando as contas públicas e dando mais transparência as mesmas.

5 REFERENCIAS

ARAÚJO, Anderson Henrique dos Santos; FILHO, José Emílio dos Santos; GOMES, Fábio Guedes. Lei de Responsabilidade Fiscal: efeitos e consequências sobre os municípios alagoanos no período 2000-10. **Revista Administração Pública**, Rio de Janeiro, V. 49, Pág.739-759, maio/junho 2015.

DANTAS, Alexis Toríbio; CERQUEIRA, Luiz Fernando. **Plano Real: Auge e Declínio de uma Política Econômica- Uma Revisão**. 2014. 26 of. Tese. (Mestre em Economia) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, março de 2014.

FERRAZ, Fernando Cardoso. **Crise Financeira Global: Impactos na Economia Brasileira, Política Econômica e Resultados**. 2013. Dissertação (Mestre em Economia). Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ, 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4º ed. São Paulo, Editora Atlas AS, 2002.

MEDEIROS, Katia Rejeane de; ALBUQUERQUE, Paulette Cavalcante de; TAVARES, Ricardo Antônio; Wanderley; SOUZA, Wayner Vieira de. Lei de Responsabilidade Fiscal e as despesas com pessoal da saúde: uma análise da condição dos municípios brasileiros no período de 2004 a 2009. **Revista Ciência e Saúde**. V. 22, Nº 6, Pag. 1.759-179, 2017.

MOURA, Gleise Meury de Andrade; RODRIGUES, Rafael Becker Ferreira. **Uma análise da Lei de Responsabilidade Fiscal: Um estudo na Prefeitura de Camocim de São Félix (PE) de 2001 a 2013**. 2014. 20 of.